



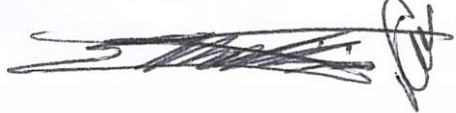


Ata de Abertura dos Envelopes contendo Documentação e Proposta Comercial e Julgamento da Licitação na Modalidade Tomada de Preços nº 002/2018

**Objeto: à contratação de empresa para fornecimento de serviços de vigilância desarmada, com registro junto a polícia federal para atuar na parte externa da edificação da câmara Municipal, nos termos do edital.**

Aos 11 dias do mês de outubro de 2018, às 09:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Cafelândia/PR, presentes os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeados pelo Ato do Presidente 040/2018: Ademir Antunes Branco (Presidente), Marcio Jose Silveira e Alex Sandra Aparecida Dalmagro de Almeida, foi instalada a sessão de abertura dos envelopes contendo documentação, proposta comercial e julgamento da Licitação em epígrafe, autorizada pelo Presidente RODRIGO JAIR DIEFENTHALER, no processo administrativo nº 019/2018. A Comissão atestou o comparecimento das seguintes empresas proponentes: Nº 01 – **PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP; CASCAVEL SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, AGIV SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI-ME, TATICO PERSEG SEGURANÇA LTDA – ME, MAJ SEGURANÇA EIRELI**; A seguir, verificou o credenciamento dos representantes das proponentes. Após, deu-se a abertura dos envelopes "A" contendo a documentação de cada proponente, os quais foram conferidas e rubricadas pela Comissão e pelos representantes das proponentes. Examinada a documentação, a Comissão julgou as empresas habilitadas, SENDO DESCLASSIFICADA A EMPRESA **MAJ SEGURANÇA EIRELI**, por ausência de registro junto a **Polícia Federal**. No tocante a empresa **TATICO PERSEGUE**, duas certidões estavam vencidas, contudo foi concedida prazo de cinco dias para juntada, caso seja

vencedora do certame. As proponentes nada argüiram sobre os documentos apresentados e firmaram Declaração de Renúncia ao direito de impugná-los, razão pela qual foi encerrada a fase de habilitação e dado prosseguimento à sessão.

Assinatura das partes proponentes

**ASS. DOS MEMBROS DA COMISSÃO**

**ASSINATURA DOS PROPONENTES**

Alvoraandra de Alalmago

Thiny Junior

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Marcelo J. Ri

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Blank line]

[Handwritten signature]  
m  
ale





PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP  
RUA: CORONEL STELIO FARIAS LOBO, 553  
CNPJ: 17.249.507/0001-86  
FONE: (44) 3425-5894 CEP: 87.900-000 LOANDA – PR

**ANEXO V**  
**PROPOSTA**

**À Câmara Municipal de Cafelândia – PR**

**REF. Edital Tomada de Preços N° 002/2018**

A empresa **PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP**, estabelecida na Rua: Coronel Stelio Farias Lobo, nº 553, Cidade Loanda, Estado Paraná, CNPJ sob o nº 17.249.507/0001-86, apresenta a sua proposta comercial relativa à Licitação modalidade Edital Tomada de Preços nº 002/2018, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de Impressora Multifuncional Monocromática abastecida com toner a título de locação, atendendo as especificações mínimas exigidas para a execução dos serviços e demais condições estabelecidas na minuta de contrato, integrante do anexo IV, neste edital, nas seguintes especificações, quantidades e valores descritos abaixo:

Descrição	Valor máx. mensal	Valor máx. anual
FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA, COM REGISTRO JUNTO A POLÍCIA FEDERAL, PARA ATUAR NA PARTE EXTERNA DA EDIFICAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA DR. PLÍNIO COSTA, N.º 230 – CENTRO, NA CIDADE DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NOS PERÍODOS QUE ESPECIFICA: 05 DIAS POR SEMANA, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA (DAS 18:00 HORAS ÀS 08:00 HORAS DO DIA SEGUINTE), E NOS SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E RECESSOS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA.	R\$ 9.999,00	R\$ 119.988,00

Custo estimado na contratação R\$ 9.999,00 (Nove mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais).

Custo estimado total na contratação R\$ 119.988,00 (Cento e Dezenove mil, Novecentos e Oitenta e Oito Reais). O prazo de validade da proposta de preços é de 30 (trinta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas. Declaro que tenho pleno e total conhecimento das condições do Edital Tomada de Preços nº 002/2018, responsabilizando-me pela proposta acima proferida.

Conta para Pagamento: Banco do Brasil – Agência: 0978-4 – Conta Corrente: 17474-2

**Loanda, 11 de Outubro de 2018.**

**PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP**

**CNPJ: 17.249.507/0001-86**

**WILSON ROBERTO DE ALMEIDA**

**RG: 4.039.146-0**

**CPF: 547.103.409-00**

**PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP**

CNPJ 17.249.507/0001-86  
Rua Estelio Farias Lobo, 553 - CEP. 87900-000 - Loanda - PR.





**CASCAVEL**  
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

**À Câmara Municipal de Cafelândia – PR**

REF. Edital Tomada de Preços Nº 002/2018

A empresa **CASCAVEL SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA** estabelecida na Rua Tupinambás, nº2222, Cidade Cascavel, Estado Paraná, CNPJ sob o nº 28.981.919/0001-22, apresenta a sua proposta comercial relativa à Licitação modalidade **Edital Tomada de Preços nº 002/2018**, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de **SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA, COM REGISTRO JUNTO A POLICIA FEDERAL, PARA ATUAR NA PARTE EXTERNA DA EDIFICAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA DR. PLINIO COSTA, N.º 230 – CENTRO, NA CIDADE DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NOS PERÍODOS QUE ESPECIFICA: 05 DIAS POR SEMANA, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA (DAS 18:00 HORAS ÀS 08:00 HORAS DO DIA SEGUINTE), E NOS SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E RECESSOS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA**, atendendo as especificações mínimas exigidas para a execução dos serviços e demais condições estabelecidas na minuta de contrato, integrante do anexo IV, neste edital, nas seguintes especificações, quantidades e valores descritos abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR MAXIMO MENSAL	VALOR MAXIMO ANUAL
FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA, COM REGISTRO JUNTO A POLICIA FEDERAL, PARA ATUAR NA PARTE EXTERNA DA EDIFICAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA DR. PLINIO COSTA, N.º 230 – CENTRO, NA CIDADE DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NOS PERÍODOS QUE ESPECIFICA: 05 DIAS POR SEMANA, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA (DAS 18:00 HORAS ÀS 08:00 HORAS DO DIA SEGUINTE), E NOS SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E RECESSOS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA.	R\$ 10.725,00	R\$ 128.700,00

Custo estimado na contratação R\$ 10.725,00 (Dez mil setecentos e vinte e cinco reais).

Custo estimado total na contratação R\$ 128.700,00 (cento e vinte oito mil e setecentos reais).

O prazo de validade da proposta de preços é de 30 (trinta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Declaro que tenho pleno e total conhecimento das condições do **Edital Tomada de Preços nº 002/2018**, responsabilizando-me pela proposta acima proferida.

Cascavel, 02 de outubro de 2018.

Neuri Antunes Ferreira

**28.981.919/0001-22**  
CASCAVEL SERVIÇO DE  
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.  
RUA TUPINAMBÁS, 2222 - SANTA CRUZ  
CEP 85.806-270 - CASCAVEL - PR

# FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA

## CNPJ: 21.925.809/0001-02

### PROPOSTA

**À Câmara Municipal de Cafelândia – PR**  
**REF. Edital Tomada de Preços Nº 002/2018**

A empresa **FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME**, estabelecida na Rua Soares Raposo, nº1374, Cidade de Alto Paraná, Estado do Paraná, CNPJ sob o nº 21.925.809/0001-02, apresenta a sua proposta comercial relativa à Licitação modalidade Edital Tomada de Preços nº 002/2018, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de Impressora Multifuncional Monocromática abastecida com toner a título de locação, atendendo as especificações mínimas exigidas para a execução dos serviços e demais condições estabelecidas na minuta de contrato, integrante do anexo IV, neste edital, nas seguintes especificações, quantidades e valores descritos abaixo:

Descrição	Valor mensal	Valor anual
FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA, COM REGISTRO JUNTO A POLICIA FEDERAL, PARA ATUAR NA PARTE EXTERNA DA EDIFICAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA DR. PLINIO COSTA, N.º 230 – CENTRO, NA CIDADE DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NOS PERÍODOS QUE ESPECIFICA: 05 DIAS POR SEMANA, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA (DAS 18:00 HORAS ÀS 08:00 HORAS DO DIA SEGUINTE), E NOS SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E RECESSOS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA.	R\$ 11.083,33	R\$ 132.999,96

RUA SOARES RAPOSO, Nº 1374, SALA 2, 2º ANDAR -CENTRO- ALTO PARANÁ,  
PARANÁ  
CEP: 87.750-000 FONE: (44) 3447-3368 E-MAIL: [ftoseguranca-2015@hotmail.com](mailto:ftoseguranca-2015@hotmail.com)



# FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA

## CNPJ: 21.925.809/0001-02

Custo mensal estimado na contratação R\$ 9.583,33 (nove mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

Custo estimado total na contratação R\$ 114.999,96 (cento e quatorze mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

O prazo de validade da proposta de preços é de 30 (trinta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Declaro que tenho pleno e total conhecimento das condições do **Edital Tomada de Preços nº 002/2018**, responsabilizando-me pela proposta acima proferida.

Cafelândia, 11 de Outubro de 2018.

  
MANAYRA MARCONI DOS SANTOS SILVA





RUA SOARES RAPOSO, Nº 1374, SALA 2, 2º ANDAR -CENTRO- ALTO PARANÁ,  
PARANÁ  
CEP: 87.750-000 FONE: (44) 3447-3368 E-MAIL: [ftoseguranca-2015@hotmail.com](mailto:ftoseguranca-2015@hotmail.com)



**AGIV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI – ME**  
**Vigilância Patrimonial, Segurança de Eventos, Feiras e Exposições.**

**ANEXO V**

**PROPOSTA**

À  
**Câmara Municipal de Cafelândia – PR**  
**REF. Edital Tomada de Preços Nº 002/2018**

A empresa **AGIV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI – ME**, devidamente inscrita no CNPJ: **23.479.244/0001-02**, sediada na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, a Rua Marechal Floriano, 2748, Centro, CEP: 85801-250 Telefone (45) 3223-0032, apresenta a sua proposta comercial relativa à Licitação modalidade **Edital Tomada de Preços nº 002/2018**, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de **SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA, COM REGISTRO JUNTO A POLICIA FEDERAL, PARA ATUAR NA PARTE EXTERNA DA EDIFICAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA DR. PLINIO COSTA, N.º 230 – CENTRO, NA CIDADE DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NOS PERÍODOS QUE ESPECIFICA: 05 DIAS POR SEMANA, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA (DAS 18:00 HORAS ÀS 08:00 HORAS DO DIA SEGUINTE), E NOS SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E RECESSOS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA**, atendendo as especificações mínimas exigidas para a execução dos serviços e demais condições estabelecidas na minuta de contrato, integrante do anexo IV, neste edital, nas seguintes especificações, quantidades e valores descritos abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO MENSAL	VALOR MÁXIMO ANUAL
FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA, COM REGISTRO JUNTO A POLICIA FEDERAL, PARA ATUAR NA PARTE EXTERNA DA EDIFICAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA DR. PLINIO COSTA, N.º 230 – CENTRO, NA CIDADE DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NOS PERÍODOS QUE ESPECIFICA: 05 DIAS POR SEMANA, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA (DAS 18:00 HORAS ÀS 08:00 HORAS DO DIA SEGUINTE), E NOS SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E RECESSOS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA.	<b><u>R\$ 18.200,00</u></b>	<b><u>R\$ 218.400,00</u></b>
<b>Totalizando em R\$ 218.400,00 (duzentos e dezoito mil e quatrocentos reais)</b>		

Custo estimado na contratação R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais).

Custo estimado total na contratação R\$ 218.400,00 (duzentos e dezoito mil e quatrocentos reais).

O prazo de validade da proposta de preços é de 30 (trinta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.



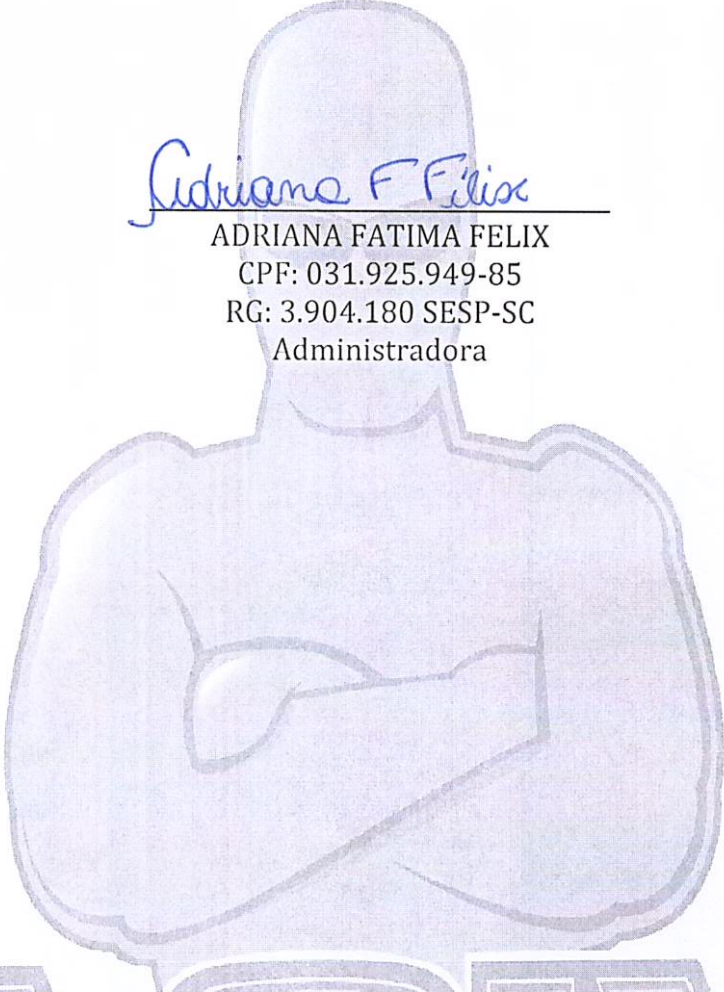


AGIV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI – ME  
Vigilância Patrimonial, Segurança de Eventos, Feiras e Exposições.

---

Declaro que tenho pleno e total conhecimento das condições do **Edital Tomada de Preços nº 002/2018**, responsabilizando-me pela proposta acima proferida.

Cascavel-Pr, 09 de outubro de 2018.



*Adriana F Felix*

ADRIANA FATIMA FELIX

CPF: 031.925.949-85

RG: 3.904.180 SESP-SC

Administradora

AGIV



**TÁTICO PERSEG SEGURANÇA LTDA-ME**

CNPJ nº 14.795.061/0001-05

Rua Francisco Alves do nascimento, 65, Jardim do sol.

CEP: 87.711.330- Paranavaí-Pr

Email: [tatico.seguranca@hotmail.com](mailto:tatico.seguranca@hotmail.com)Site: [www.taticoperseg.com.br](http://www.taticoperseg.com.br)

Telefone: (44) 99965-2000-Percival (44) 3422-6057-escritorio

**ANEXO V**

À

**Câmara Municipal de Cafelândia – PR****REF. Edital Tomada de Preços Nº 002/2018**

Tático Perseg Segurança Ltda-Me, com sede rua Francisco Alves do nascimento, n 65, jardim do sol, Paranavaí-Pr., inscrita no CNPJ/MF sob n. **14.795.061/0001-05**, apresenta a sua proposta comercial relativa à Licitação modalidade **Edital Tomada de Preços nº 002/2018**, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de **Impressora Multifuncional Monocromática abastecida com toner** a título de locação, atendendo as especificações mínimas exigidas para a execução dos serviços e demais condições estabelecidas na minuta de contrato, integrante do anexo IV, neste edital, nas seguintes especificações, quantidades e valores descritos abaixo:

Descrição	Valor máximo mensal	Valor máximo anual
FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA, COM REGISTRO JUNTO A POLICIA FEDERAL, PARA ATUAR NA PARTE EXTERNA DA EDIFICAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA DR. PLINIO COSTA, N.º 230 – CENTRO, NA CIDADE DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NOS PERÍODOS QUE ESPECIFICA: 05 DIAS POR SEMANA, DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA (DAS 18:00 HORAS ÀS 08:00 HORAS DO DIA SEGUINTE), E NOS SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E RECESSOS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA.	R\$ 21.000,00	R\$ 252.000,00

Custo estimado na contratação R\$ 21.000,00 ( Vinte e um mil Reais )

Custo estimado total na contratação R\$ 252.000,00 ( duzentos e cinquenta e dois mil reais ).

**O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (Sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.**Declaro que tenho pleno e total conhecimento das condições do **Edital Tomada de Preços nº 002/2018**, responsabilizando-me pela proposta acima proferida.

Paranavaí 22 de Setembro 2018


**TÁTICO PERSEG**  
CNPJ: 14.795.061/0001-05**TÁTICO PERSEG SEGURANÇA LTDA-ME**  
**GUILHERME GUSTAVO DE SOUZA GALLO**  
RG 12.309.516-2 CPF 078.009.559-66

Rua: Francisco Alves do nascimento, 65, jd Sol – Paranavaí (PR) – CEP: 87.711-330

Fone: (44) 3422-6057


CNPJ (MF) nº 14.795.061/0001-05 – email: [tatico.seguranca@hotmail](mailto:tatico.seguranca@hotmail)





Ata de Abertura dos Envelopes contendo Documentação e  
Proposta Comercial e Julgamento da Licitação na Modalidade  
Tomada de Preços nº 002/2018

**Objeto: à contratação de empresa para fornecimento de serviços de vigilância desarmada, com registro junto a polícia federal para atuar na parte externa da edificação da câmara Municipal, nos termos do edital.**

 Aos 11 dias do mês de outubro de 2018, às 10:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Cafelândia/PR, presentes os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeados pelo Ato do Presidente 040/2018: Ademir Antunes Branco (Presidente), Marcio Jose Silveira e Alex Sandra Aparecida Dalmagro de Almeida, foi instalada a sessão de abertura dos envelopes contendo documentação, proposta comercial e julgamento da Licitação em epígrafe, autorizada pelo Presidente RODRIGO JAIR DIEFENTHALER, no processo administrativo nº 019/2018. A Comissão atestou o comparecimento das seguintes empresas proponentes: Nº 01 – **PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP; CASCAVEL SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, AGIV SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI-ME, TATICO PERSEG SEGURANÇA LTDA – ME, MAJ SEGURANÇA EIRELI**

Abertos os envelopes “B”, contendo as propostas comerciais das proponentes habilitadas, foi à mesma conferida e rubricada pela Comissão e pelos representantes presentes. De acordo com o item 6.2 do Edital nº 002/2018 a proposta de preços apresentada pelas concorrentes, que juntamente com esta Ata, passam a fazer parte do presente processo licitatório, a Comissão de Licitação chegou à seguinte classificação por itens: a empresa –

**1 - PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP** foi vencedora dos itens **com valor individual mensal de R\$ 9.999,00, e valor total de R\$ 119.988,00 valor anual;**

**2 - CASCAVEL SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, R\$ 10.725,00/R\$ 128.700,00;**




3 - FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, R\$ 11.083,33 / R\$ 132.999,96;

4 - AGIV SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI-ME, R\$ 18.200,00 / R\$ 218.400,00;

5 - TATICO PERSEG SEGURANÇA LTDA - ME, R\$ 21.000,00 / 252.000,00;

6 - MAJ SEGURANÇA EIRELI - desclassificada

Tendo em vista que não estavam presentes à sessão todos os prepostos das proponentes, fica aberto o prazo de cinco (05) dias de prazo para eventuais recursos. Sendo que a empresa AGIV e FTO pretendem recorrer, requerendo vistas dos autos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das proponentes.

ASS. DOS MEMBROS DA COMISSÃO

ASSINATURA DOS PROPONENTES

Alexandre Ap. Valmago

[Assinatura]

Marcelo J. N.

[Assinatura]

\_\_\_\_\_

[Assinatura]

\_\_\_\_\_

[Assinatura]

[Assinatura]

\_\_\_\_\_



# **Câmara Municipal de Cafelândia**

ESTADO DO PARANÁ

## **RESPOSTA AO RECURSO**

**Impugnante: AGIV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI.**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

OBJETO: **SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DESARMADA, NOS TERMOS DO EDITAL.**

**EMENTA:** Administrativo. Licitação. Recurso Contra o Edital após julgamento das propostas. Inexistência de irregularidade na elaboração do Edital, Obediência ao princípio da ampla concorrência, Inexistência de vícios no Edital. Critério de julgamento das propostas comerciais – legalidade – julgamento objetivo. Avaliação objetiva. Comprovação de condições previstas no Edital.

### **1) – DA TEMPESTIVIDADE:**

1.1) – A Empresa **AGIV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI** interpôs Recurso contra o julgamento da licitação, em que houveram seis (06) empresas participantes, decisão da comissão que julgou vencedor, bem como, alega inexecutabilidade da proposta.

### **2) – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

2.1) – A empresa impugnante alega atuar no ramo e demonstrou o interesse em atender a Câmara do Município vindo a demonstrar interesse em participar do presente processo Licitatório.

2.2) – A empresa Recorrente contesta especificamente os valores dos itens constante da especificações do Objeto, alegando não ser possível o atendimento e requer alteração no presente Edital.

2.3) – A empresa Recorrente alega que apresenta planilha, o qual demonstra ser inexecutável o serviço no valor máximo proposto.

2.4) – A empresa Recorrente alega ainda que lhe foi negado acesso aos documentos que compuseram o preço, e que nenhuma empresa seria, conseguiria cumprir com os valores propostos, juntado julgados e doutrinas.

### **3) – DO PEDIDO DA RECORRENTE**

3.1) – A Recorrente Requer ao Final:

a) que seja anulada a ata de julgamento de assembleia que declarou vencedora a empresa **PRADA SEGURANÇA PROVADA LTDA.**, bem como todo o certame.

### **4) – DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES**

4.1) – Inicialmente, cabe analisar os requisitos de admissibilidade do referido Recurso, ou seja, apreciar se o mesmo foi interposto dentro do prazo legal estabelecido para tal. Dessa forma, analisamos o item do referido

*ASB*

*[Assinatura]*

*Alexandre  
Maurício*





# Câmara Municipal de Cafelândia

ESTADO DO PARANÁ

Edital bem como a Legislação vigente, ou seja, ambos determinam que o edital pode ser impugnado até 2 dias antes da data da abertura das propostas, o que ocorreu e foi julgado, sem nenhum outro recurso do ora recorrente.

4.2) - Considerando que o Recorrente não protocolou o presente recurso na forma original até a presente data, temos que o mesmo é intempestivo, uma vez que o mesmo somente foi encaminhado por meio eletrônico, e após o julgamento das propostas, ou seja, 3 dias anteriores a abertura da proposta, a mesma não merece ter seu mérito analisado, já que não atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares.

4.3) - Ainda assim, para exaurirmos a análise, quanto ao mérito, cumpre esclarecer que a comissão em conjunto com sua equipe de apoio analisou todos os questionamentos apresentados pela empresa Recorrente, como também os motivos de se ter chegado ao valor médio, chegando a seguinte conclusão.

Considerando a análise das especificações quando da pesquisa de preço e formação da proposta, bem como após a abertura do procedimento, foram encontradas no cinco (05) empresas que atendam as especificações formuladas na proposta, portanto incompatível as alegações do Recorrente de haver impossibilidade de execução, como afirma a Recorrente em sua impugnação.

É de conhecimento geral que os critérios de julgamento das propostas adotados pela comissão e constantes no Edital, não violam dispositivo legal, nem tão pouco são subjetivos o que poderia evidenciar favorecimento, pois a Administração tem o dever de realizar o julgamento objetivo de cada item, conforme disposto no Artigo 3º da Lei 8.666/93, senão vejamos:

*Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Todavia, a Administração tem o dever de elaborar um Edital **CRITERIOSO** com o objetivo de possibilitar a escolha da melhor proposta, objetivando assim atender a critérios que possibilitam adquirir serviços que atendam a sua necessidade, sempre procurando atender o bem comum e o respectivo interesse Público.

Segundo, MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, que explicando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, afirma, "quanto ao julgamento objetivo, que é decorrência também do princípio da legalidade, está assente seu significado: o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital.", portanto tais objetivos devem estar descritos de modo cristalino, para que não restem dúvidas quanto a forma que deverá ser julgada as propostas, deixando claro as especificações do Objeto/equipamento/serviço que pretende adquirir.

Ainda, de acordo com o entendimento do professor HELY LOPES MEIRELLES, "nulo é, portanto, o edital/convite omissos ou falho quanto a critérios e fatores de julgamento, como nula é a cláusula que, ignorando-os, deixa ao arbítrio da Comissão Julgadora a escolha da proposta que mais convier à Administração". Logo, não se trata do caso em tela, eis que os critérios não são omissos, nem tão pouco falhos, e pelo contrario e de simples verificação.

Alvares  
Mar 23





# Câmara Municipal de Cafelândia

ESTADO DO PARANÁ

Contudo, vale ressaltar que a Administração tem a faculdade de elaborar o Edital exigindo as especificações dos serviços a serem adquiridos, sempre no intuito de possibilitar escolher a melhor proposta, visto que tais serviços irão servir para atender o bem comum.

A Recorrente procura em Recurso modificar o edital, e através dele direcionar o mesmo para o serviço que ele oferece (**segurança armada**), que não é objeto do edital, assim possibilitando a sua participação com claro direcionamento, não demonstra tecnicamente que o serviço atenda às necessidades públicas.

Se houver a alteração oportunizaria ao Ente adquirir um serviço diferente do que necessita, e assim onerando de forma desnecessária os cofres públicos, e por oportuno vale lembrar que os fundamentos apresentados não caracterizam direcionamento visto existir mais de 03 propostas no certame que atendem os requisitos solicitados, vejamos o que dispõe o artigo 41º, da Lei 8.666/93.

**Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

Diante de todo o acima exposto os requisitos constantes do Edital atendem os princípios constitucionais e as normas legais vigentes, atendem as necessidades do Ente licitador para que ao final possa ser selecionada a proposta mais vantajosa, portanto o Edital não merece ser alterado, pois com a referida alteração inviabilizaria escolher um serviço que atendesse as necessidades Técnicas do Órgão Comprador, bem como do interesse público sobrepor o interesse particular.

De toda sorte, a empresa teve acesso aos documentos que deram origem ao preço médio utilizado, compulsando o procedimento "*in locu*", ao contrário do que alega na peça impugnatória, e ainda conste-se que após a abertura dos documentos e propostas, houve 03 empresas habilitadas, com preços inferiores ao preço máximo apresentado, sagrando-se vencedora empresa com preço 27% abaixo do valor máximo apresentado, e tratando-se de empresa séria e conceituada no mercado estadual.

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. TUTELA ANTECIPADA. SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. - O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que a questão acerca da inexecutibilidade da proposta não é absoluta, mas relativa, quer dizer, deve ser analisada e comprovada casuisticamente - No caso, é irretocável a decisão atacada, pois, como bem destacado pelo julgador de origem, **não há qualquer prova nos autos que aponte ser a proposta vencedora inexecutível**, fato, aliás, que demanda dilação probatória - Ademais, também não há demonstração de risco ou de perigo de dano ao resultado útil ao processo, **diante da ausência de elementos que comprovem que a vencedora da licitação não prestará o serviço objeto da licitação**. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70076098748, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 12/04/2018).

Não há qualquer suspeita quando a inexecução do serviço, eis que dentro dos orçamentos iniciais, bem como corroborado por 03 (três) propostas que atendem os termos do edital, salientando que os orçamentos manejados pela impugnante e de segurança armada, o que não é o objeto do presente certame.

Ementa: PROPOSTA INEXEQUÍVEIS - REGULARIDADE - INEXISTÊNCIA O PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - O objetivo da verificação de que os preços unitários são exequíveis é assegurar à Administração a ausência





# Câmara Municipal de Cafelândia

ESTADO DO PARANÁ

de problemas futuros que podem ser apresentados pela empresa, como pedido de reequilíbrio financeiro, inexecução ou baixa qualidade de serviços. A preocupação básica é evitar a constatação de preços acima dos parâmetros de mercado, ou então, a de preços inicialmente vantajosos, mas que, pela distribuição de seus valores unitários, se convertem em prejuízo da Administração no decorrer dos aditivos. - Não havendo prática de ato ilegal e lesivo ao patrimônio público, improcedente a decretação de nulidade do certame licitatório.

A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexecutabilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos **não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida.**

Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecutabilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexecutabilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível.

Nesse contexto, a proposta inferior a 75% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666 /93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação.

Nas palavras de Marçal Justen Filho, "como é vedado licitação de preço-base, não pode admitir-se que 70% do preço orçado seja o limite absoluto de validade das propostas. Tem de reputar-se, também por isso, que o licitante cuja proposta for inferior ao limite do § 1º disporá da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta. Haverá uma inversão do ônus da prova, no sentido de que se presume inexecutável a proposta de valor inferior, cabendo ao licitante o encargo de provar o oposto", o que não logrou sorte ao impugnante.

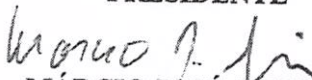
Desta forma, visando o interesse público e o princípio da economicidade, não há que se falar em inexecutabilidade do serviço, merecendo indeferimento o pedido.

## 5) - DECISÃO

5.1) - Isto posto, recebo a presente Impugnação Administrativa apresentado pela empresa **AGIV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI.**, e, julgando intempestivo pela forma, e ainda para fins de exaurir o assunto, no mérito, nego-lhe segmento, por consequência mantenho integralmente os termos constantes do EDITAL IMPUGNADO e do julgamento final da comissão, pelos motivos acima expostos.

Cafelândia-PR, 20 de outubro de 2018.

  
**ADEMIR ANTUNES BRANCO**  
PRESIDENTE

  
**MÁRCIO JOSÉ SILVEIRA**  
MEMBRO

  
**ALEX SANDRA APARECIDA DALMAGRO DE ALMEIDA**  
SECRETÁRIA

  
**Rivelino Skura**  
OAB/PR 29.742



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

RUA PADRE LUIZ LUISE, 197 - 1Â° ANDAR - CENTRO - CEP: 85415-000

CNPJ: 01.507.331/0001-85 - Telefone: (45) 3241-1499

CAFELÂNDIA - Paraná

## COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Data de Publicação	24/10/2018 19:09:46	Ano	2018
Categoria	COMISSÃO DE LICITAÇÃO	Subcategoria	
Descrição do Arquivo	RESPOSTA AO RECURSO - AGIV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA		

### Dados do Certificado digital

Titular	CAFELÂNDIA CAMARA MUNICIPAL	CPF / CNPJ	01507331000185
Tipo de Certificado	e-cnpj	Formato do Certificado	A1
Empresa Expedidora	AC Certisign RFB G5		
Empresa Certificadora	ICP-Brasil		
Unidade Organizacional	Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB		
Data de Expedição	19/04/2018	Data de Validade	19/04/2019





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## PARCECER JURÍDICO

### ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE OBJETO DA LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002 2018

A exigência de Licitação é requisito indispensável erigido pelo Constituinte originário para nortear contratação e pactuação entre a Administração Pública e outros Poderes Administrativo e Particulares. Assim o parlamentar traça diretrizes e princípios que norteiam os Poderes Públicos, quanto ao desempenhos de suas funções e quanto ao trato com os administrados. Para tanto em seu artigo 37, em seu inciso XXI, aduz:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*...  
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Desta forma a legislação especial, na forma da Lei 8666, de 21 junho de 1993, veio regulamentar o dispositivo constitucional acima.

Assim sendo, o presente certame teve como objetivo a escolha de proposta mais vantajosas para fornecimento de serviços de vigilância desarmada, com registro junto a Polícia Federal, atendendo as especificações mínimas exigidas para e execução do serviço e demais condições estabelecidas para melhor prestação das atribuições da Câmara Municipal. Para tanto foi publicado extrato de edital licitatório no diário oficial estadual, municipal e no "site" da Câmara Municipal para que tivesse a maior amplitude de concorrência possível. Mais ainda, conforme prescreve a Lei 8666/9, além de outras empresas diretamente pelo "site" da Câmara Municipal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

No dia 11 de outubro de 2018 na Sala de Licitações, às 09:00 horas realizou-se a licitação em epígrafe, tendo comparecido a comissão de Licitação. As empresas Prada Segurança Privada Ltda - EPP, Cascavel Serviços de Segurança e Vigilância Ltda, FTO Segurança Patrimonial Ltda - ME, Agiv Segurança e Vigilância Eireli - ME, Tatico Perseg Segurança Ltda - ME, Maj Segurança Eireli apresentaram os envelopes contendo habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, verificaram-se as exigências legais. A empresa Maj Segurança Eireli foi desclassificada por não atendimento do item 4.1.9 do Edital. Em ato contínuo, foi considerado vencedora a empresa Prada Segurança Privada Ltda - EPP.

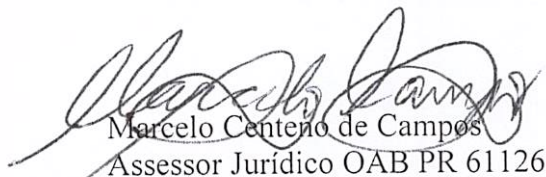
Assim a empresa vencedora apresentou proposta no valor de R\$ 9.999,00 (Nove Mil e Novecentos e Noventa e Nove Reais) mensais. Privilegiaram-se os princípios administrativos de celeridade, efetividade, economicidade, interesse público, oportunidade e conveniência.

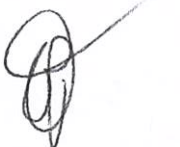
Portanto, após a verificação do processo Litatório e de seus documentos respectivos, esta assessoria não se opõe à homologação e adjudicação da Licitação em epígrafe em favor da empresa Prada Segurança Privada Ltda - EPP.

SMJ.

É o parecer.

Cafelandia, Paraná, 05 de novembro de 2018

  
Marcelo Centeno de Campos  
Assessor Jurídico OAB PR 61126





**CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA – PARANÁ**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2018**

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto à Empresa: PRADA SEGURANÇA PRIVADA LTDA. EPP. CNPJ: 17.249.507/0001-86 - Valor R\$ 9.999,00 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais) mensais, totalizando um valor de R\$ 119.988,00 (cento e dezenove mil, novecentos e oitenta e oito reais) anual.

Cafelândia-PR, 05 de Novembro de 2018.



**LEACIR JOSÉ MOTTER**  
**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

RUA PADRE LUIZ LUISE, 197 - 1Â° ANDAR - CENTRO - CEP: 85415-000

CNPJ: 01.507.331/0001-85 - Telefone: (45) 3241-1499

CAFELÂNDIA - Paraná

## COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Data de Publicação	08/11/2018 10:23:44	Ano	2018
Categoria	HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO	Subcategoria	
Descrição do Arquivo	HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Processo Licitatório nº 030/2018 - Tomada de Preços n.º 002/2018		

### Dados do Certificado digital

Titular	CAFELÂNDIA CAMARA MUNICIPAL	CPF / CNPJ	01507331000185
Tipo de Certificado	e-cnpj	Formato do Certificado	A1
Empresa Expedidora	AC Certisign RFB G5		
Empresa Certificadora	ICP-Brasil		
Unidade Organizacional	Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB		
Data de Expedição	19/04/2018	Data de Validade	19/04/2019